

ÁREA TEMÁTICA: FINANÇAS

**ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE POR
EMPRESAS BRASILEIRAS: O SETOR DE ATUAÇÃO IMPORTA?**

AUTORES

MARLENE FIORENTIN

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB

fiorentinmarlene@gmail.com

MOACIR MANOEL RODRIGUES JUNIOR

Universidade Regional de Blumenau

moacir_ro@hotmail.com

PATRÍCIA SIQUEIRA VARELA

Universidade Regional de Blumenau - FURB

psvarela@usp.br

NELSON HEIN

Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB

hein@furb.br

RESUMO

O objetivo deste estudo foi avaliar o processo de convergência contábil sob a ótica setorial, verificando-se se há relação entre a adoção das normas internacionais e a classificação das empresas por setores econômicos. O estudo foi descritivo, realizado por meio de levantamento com abordagem quantitativa, na qual foram analisadas 398 empresas de dez setores de atuação da BM&FBovespa. Na análise dos dados foram utilizados: o Teste Qui-quadrado para identificar a relação entre o setor e a aderência aos CPCs. Análise de Correspondência para descrever quais setores mais aderiram, e o teste de Mann-Whitney para verificar a diferença entre as médias dos grupos. Os resultados demonstram que existe uma relação de dependência entre a distribuição das empresas que adotaram ou não os CPCs, nos três trimestres de 2010. O teste de Análise de Correspondência indica que um grupo de sete setores não possui a característica de adoção, e três se destacam por terem aderido. Concluiu-se que empresas que adotaram os CPCs, tendem a ter menor necessidade de financiamento, bem como possuem um Ativo Total maior do que as demais. Nos índices de Liquidez e Rentabilidade do PL não é possível estabelecer um parâmetro que descreva uma diferença significativa entre os grupos.

Palavras-chave: Normas Internacionais de Contabilidade. Harmonização Contábil. Setor de Atuação.

ABSTRACT

The aim of this study was to evaluate the process of accounting convergence in light industry, checking to see if there is a relationship between the adoption of international standards and classification of enterprises by economic sectors. The descriptive study was conducted by surveying with a quantitative approach, in which 398 companies were analyzed ten sectors of activity of the BM & F Bovespa. In the data analysis were used: the Chi-square to identify the relationship between business and adherence to the CPC. Correspondence Analysis to describe which sectors more joined, and the Mann-Whitney test to detect differences between group means. The results show that there is a dependency relationship between the distribution of companies that have adopted or not CPCs in three quarters of 2010. The test of Correspondence Analysis indicates that a group of seven sectors do not have the characteristic adoption, and three stand out for having joined. It was concluded that companies that have CPCs tend to have less need for financing, and owns a total assets greater than the others. Indices Liquidity and Profitability of PL is not possible to establish a parameter that describes a significant difference between groups.

Keywords: International Accounting Standards. Accounting Harmonization. Sectors.

1 INTRODUÇÃO

A normatização contábil, assim como a própria contabilidade, nos últimos anos vem passando por um processo de evolução, sendo influenciada pela globalização da economia, pelo pensamento jurídico, pelo poder e pela cultura de cada país (MARTINS, MARTINS E MARTINS, 2007).

O processo de harmonização contábil iniciou nos direitos consuetudinário (*common law*), pelos profissionais de contabilidade, passando a ter forte participação de analistas, da academia e das empresas. Privilegiando os investidores em ações, na prevalência da essência econômica sobre a forma jurídica e seguindo orientações com base em princípios e não em regras. (MARTINS, MARTINS E MARTINS, 2007). De acordo com Carvalho, Lemes e Costa (2009, p.19), “Os *International Financial Reporting Standard* (IFRS), ganharam importância substancial com a sua obrigatoriedade nas empresas listadas em bolsas da União Européia a partir de 2005”. Sendo que neste período com a introdução das novas normas em diversas empresas da União Européia teve grande avanço a harmonização internacional. Conforme Martins, Martins e Martins, (2007, p.1):

Na década de 70 criaram-se o FASB nos EUA e o IASC (hoje IASB) na Europa, e este último, com o objetivo de ser internacional, apesar de ter sido criado para fazer frente ao primeiro, adotou, e até com maior grau do que aquele toda a filosofia básica dos países anglo-saxônicos: prevalência da essência sobre a forma, fundamento no conceito econômico o mais possível, normas com base em princípios etc. Com o apoio da IOSCO e da União Européia, alastra-se hoje sua influência total ou parcialmente por mais de 100 países.

No processo de harmonização das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/2009 modificaram, revogaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76. A CVM, o Banco Central do Brasil, demais órgãos e agências reguladoras receberam mais poderes e autonomia para elaborar e divulgar normas dentro dos padrões internacionais de contabilidade, com o objetivo de centralizar os CPCs fornecendo material a se transformar em normas contábeis pelos órgãos reguladores próprios. (MARTINS, MARTINS E MARTINS, 2007).

No ano de 2009, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou um segundo conjunto de Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações cuja vigência é mandatória para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, com requerimento de que as Companhias efetuem a reapresentação das demonstrações financeiras do exercício comparativo.

A CVM, por meio da Deliberação CVM nº 603/09, facultou às companhias abertas a apresentação das suas informações trimestrais (ITRs) durante o exercício de 2010, conforme as normas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2009. A aplicação antecipada das normas internacionais foi permitida desde que fosse adotada a totalidade dos novos pronunciamentos. As empresas que optaram em não antecipar a adoção das novas normas deveriam reapresentá-las para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações contábeis do período findo em 31 de Dezembro de 2010. De acordo com Martins e Lisboa (2005, p.65):

O Brasil por meio da CVM, BACEN, IBRACON, CFC, Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA) e Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (APIMEC) procura aderir às regras do IASB, mas as características culturais fiscalistas e a cultura do Direito Romano presentes no Brasil impedem que o processo de harmonização contábil seja realizado de forma rápida em nossas práticas contábeis.

Carvalho e Lemes (2002) comentam a dificuldade que a contabilidade tem em definir a harmonização contábil em nível mundial em apresentar suas demonstrações financeiras sob outras normas. Daske *et al.* (2009, p.18) destacam que:

Baseando-se na teoria econômica e pesquisas em contabilidade nas últimas duas décadas, postula-se que empresas maiores, mais rentáveis, mais expostas ao mercado internacional, maior necessidade de financiamento, maior oportunidade de crescimento e estruturas de propriedade mais dispersas são mais propensas a ter incentivos mais fortes para fornecer informações em relatórios contábeis para os investidores externos.

Lima *et al.* (2010), em uma amostra de 50 empresas listadas na BM&FBovespa para verificar a relação entre o processo de convergência contábil no Brasil e os incentivos econômicos, confirmaram-se a hipótese de que empresas maiores, mais expostas ao mercado internacional e maior necessidade de financiamentos são mais propensas à adoção das práticas de convergência contábil no Brasil.

Neste estudo, utilizou-se como amostra as 398 empresas listadas na BM&FBovespa por setores econômicos, exceto setor financeiro devido as suas peculiaridades, para identificar aquelas que aderiram antecipadamente aos Pronunciamentos de nº 15 a 40 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), nos três trimestres de 2010. Deriva-se, portanto a seguinte questão de pesquisa: O setor de atuação importa para a adoção ou não dos CPCs?

O objetivo deste artigo é avaliar o processo de convergência contábil sob a ótica setorial, verificando-se se há relação entre a adoção das normas internacionais e a classificação das empresas por setores econômicos. Para isso, os setores foram caracterizados quanto às variáveis de desempenho: tamanho, necessidade de financiamento, liquidez e rentabilidade do Patrimônio Líquido, buscando verificar se havia diferença entre os mesmos. Além disso, usou-se o Teste Qui-quadrado para identificar a relação entre o setor e a aderência aos CPCs. A análise de correspondência foi utilizada para descrever quais setores mais aderiram aos CPCs, e o teste Mann-Whitney para verificar a diferença entre as médias dos grupos.

Assim, acredita-se que este estudo possa contribuir para uma melhor compreensão do estágio atual em que as empresas se encontram na adoção das novas normas, e como elas estão preparadas para adotar esta nova legislação obrigatória ao final do exercício de 2010.

2 Harmonização das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais

A harmonização contábil pode ser conceituada como o processo árduo em trazer os padrões contábeis internacionais para o país, de forma que as demonstrações contábeis de diferentes países estejam em acordo com as normas estabelecidas. Amenabar (2001, p. 7) destaca que “harmonização significa que diferentes padrões podem existir em diferentes países, desde que estejam em harmonia com a norma internacional”. Ainda o mesmo autor afirma que:

A harmonização contábil é um processo através do qual vários países de comum acordo realizam mudanças nos seus sistemas e normas contábeis para torná-los compatíveis, partindo da identificação de uma teoria geral de contabilidade e um marco conceitual comum que fundamente suas normas contábeis, considerando a influência dessas normas na economia, e respeitando as características e peculiaridades de cada país dentro de um contexto de integração econômica. Deve existir, ademais, uma conciliação entre a harmonização das normas contábeis e as características de cada país. (p.4-5).

Conforme Ricci (2003, p. 2), “devido ao uso de diferentes padrões, pode-se incorrer no fato de se obter resultados distintos quando se analisa uma entidade, dados os diversos entendimentos de uma linguagem contábil para outra”. Weffort (2005, p. 62) salienta que

“[...] de forma bastante simplificada, padronização e harmonização diferem essencialmente por sua finalidade, a primeira busca uniformizar e a segunda aproximar”. Ainda, conforme a autora, a padronização pretende tornar obrigatória a adoção de padrões contábeis iguais para todos os países e, vai além, estendendo essa uniformidade também para todas as empresas em cada país. Por outro lado, a harmonização contábil abrange as normas de reconhecimento, mensuração e evidenciação que pode ser entendida como um processo por meio do qual as diferenças nas práticas contábeis entre os países são reduzidas. Schmidt (2000, p.207) destaca que:

No Brasil de 1901 a 1940, foi amplamente discutida a padronização de balanços. Para uma corrente de pensadores brasileiros, a padronização representava o coroamento da Contabilidade, ao passo que, para outros, a padronização representava apenas um aspecto, sendo necessária a adoção de procedimentos padrão para a elaboração de balanços.

No Brasil em Janeiro de 2000 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) elaborou um Anteprojeto de Lei de reforma da Lei 6.404/76, que teve como finalidade a modernização e harmonização da lei societária em vigor com os princípios fundamentais e melhores práticas contábeis internacionais, visando a inserção do Brasil no atual contexto de globalização econômica. O Projeto de Lei 3.741/2000 propôs uma série de mudanças na legislação contábil, sendo aprovado após sete anos de tramitação pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no plenário do Senado Federal e sancionado pelo Presidente da Republica em 28 de dezembro de 2007, tornando-se Lei 11.638 que modifica a Lei 6.404/76. (LEI 11.638/07).

O processo de convergência para as normas internacionais de contabilidade que obrigaram às empresas brasileiras a adoção dos CPCs ocorreram em duas etapas. A primeira, desenvolvida em 2008, com a emissão do pronunciamento técnico nº 13 – Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 que engloba os CPCs de números 1 a 12 e o pronunciamento técnico CPC 14 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação. Estes foram aplicados, em 2008, por força da própria lei de normatização de quase todos os órgãos reguladores contábeis brasileiros.

A segunda etapa desta convergência abrange os CPCs de números 15 a 41 (com exceção do nº 34) e interpretações diversas. Estes novos CPCs, que foram emitidos em 2009, estão sendo sugeridos como adoção obrigatória por parte dos órgãos reguladores a partir de 2010, com efeito retroativo para 2009 para fins de comparação. Sendo essa obrigatoriedade pela aplicação a partir da Lei 11.638/07, as SA's abertas, e as sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sobre a forma de Sociedades Anônimas de capital aberto, deverão seguir as disposições da Lei 6.404/76, que está sendo alterada pela referida Lei no que tange à escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente. (LEI 11.638/07). Conforme o Art. 3º da Lei nº 11.638/07 estendeu às Sociedades de Grande Porte a obrigatoriedade de aplicarem os mesmos procedimentos adotados pelas companhias abertas, mesmo que não constituídas sob a forma de sociedades por ações.

De acordo com Lima *et al.* (2010, p.5) “em suma, tanto do lado da adoção voluntária quanto da obrigatória, há importante evidências na literatura internacional de que a divulgação da informação financeira de acordo com os padrões internacionais consubstancia consideráveis benefícios”.

2.2 Convergência Material para os Padrões Internacionais

A harmonização material é o método de contabilidade adotado pelas empresas em conformidade com a regulamentação formal. (TAY e PARKER, 1990). “A razão principal para medir a harmonização material a uma determinada prática é exigida por um padrão profissional

que ela seja necessariamente praticada por todas as empresas” (HERRMANN, 1995, p.255). No mundo cada vez mais globalizado, a harmonização das normas contábeis permite que a linguagem dos negócios possa ser entendida da mesma forma em todos os países. Diga (1996) destaca que o objetivo da harmonização material é facilitar a comparabilidade da informação financeira, utilizando métodos contabilísticos alternativos para reduzir o impacto de eventos similares econômicos, transações que trata das divulgações especificadas com um grau de detalhe especificado. Martins, Martins e Martins (2007, p. 30) afirmam que:

[...] a exigência de adoção de uma contabilidade mais concentrada na essência do que na forma, a convergência descrita e a estrutura conceitual que fundamenta essas normas internacionais fazem com que a contabilidade adquira um outro patamar. Ela só poderá ser desempenhada por profissionais bem formados, com capacidade de análise do que ocorre no mundo todo, com melhor formação econômica, com domínio pelo menos da língua inglesa também e, o que é fundamental: com formação técnica e ética que lhe permitam tomar decisão, deliberar sobre o que é a essência econômica do que precisa ser escriturado e analisado, e não simplesmente um seguidor de regras. Características que efetivamente dão direito a dizer que se trata de uma profissão liberal, e mais, uma profissão que pode vir a adquirir aqui o *status* que já possui em tantos outros países.

Martins e Lisboa (2005, p. 65) mencionam que no Brasil:

Temos, pela nossa formação jurídica, enormes dificuldades em abandonar a idéia de se ter regras contábeis em Lei, e isso, se por um lado em alguns momentos permite avanços extraordinários, como a Lei das S/A em 1976, por outro simplesmente impede outros avanços, como vem ocorrendo desde então. A indelegabilidade de poderes contida em nossa Constituição é um óbice enorme a um processo mais ágil de evolução nas regras contábeis.

Rodrigues e Pereira (2004, p. 25) afirmam que “[...] a contabilidade é moldada pelo ambiente em que opera, e tal como os países têm diferentes histórias, valores e sistemas políticos, têm também diferentes modelos de desenvolvimento contabilístico”. Conforme Weffort (2005, p.22) a harmonização contábil pode ocorrer de duas formas distintas: harmonização de direito e harmonização de fato. “A harmonização de direito diz respeito, de modo simplificado, à incorporação, na legislação nacional, do conteúdo das normas internacionais, tornando determinado procedimento contábil obrigatório, permitido ou proibido”. A segunda refere-se “[...] a uma efetiva aplicação dos procedimentos recomendados internacionalmente nas práticas contábeis locais”.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa objetivou avaliar o processo de convergência contábil sob a ótica setorial, verificando se existe relação entre a adoção das normas internacionais e a classificação das empresas por setores econômicos, assim, configura-se, de acordo com Raupp e Beuren (2009), como uma pesquisa descritiva de procedimentos documentais e com abordagem qualitativa. A classificação descritiva justifica-se por propor a análise do processo de harmonização das normas contábeis por empresas brasileiras nos três primeiros trimestres de 2010. Esta pesquisa é de procedimentos documentais por utilizar como fonte de dados as demonstrações contábeis das empresas listadas na BM&FBovespa. E qualitativa por utilizar de um conjunto de testes estatísticos para análise dos dados coletados.

3.1 Amostra e coleta dos dados

Para ser atendido o objetivo do estudo, inicialmente foram coletadas as demonstrações contábeis de 398 empresas listadas na BM&FBovespa. Essas empresas analisadas estão divididas em 10 setores distintos, sendo que o único setor que se excluiu da amostra foi o setor financeiro devido a suas peculiaridades. A primeira análise consistiu em verificar se a empresa aderiu ou não às normas dispostas nos CPCs referentes à segunda fase de adoção. As

demonstrações analisadas correspondem ao primeiro, segundo e terceiro trimestre do ano de 2010.

Observado a aderência aos CPCs, foram coletados os índices de desempenho das empresas analisadas: ativo total; necessidade de financiamento; liquidez geral; liquidez corrente; liquidez seca e rentabilidade do patrimônio líquido. Esta coleta se deu por meio da base de dados Economática, sendo que não existiam dados disponíveis para 57 empresas. Os dados analisados se reportam às demonstrações de 30 de setembro de 2010.

É possível observar também a média das variáveis de desempenho analisadas bem como a relação do número de empresas que aderiram aos CPCs nos três trimestres o total de empresas analisadas. Este total compreende as empresas que aderiram ou não aderiram às normas internacionais.

3.2 Técnicas de Análise dos dados

Raupp e Beuren (2004, p. 92) destacam que a pesquisa quantitativa “[...] caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados.” Desta forma, este estudo trabalha com um conjunto de técnicas estatísticas distintas para que seus objetivos sejam atendidos: estatísticas descritivas das variáveis sob estudo, teste de diferenças de médias para identificar diferenças nas variáveis de desempenho entre os setores e análise de correspondência para verificar se existe interrelação entre adoção ou não das normas internacionais e o setor de atuação.

Dentro da análise utilizada por meio de estatística descritiva, serão analisados os padrões existentes dentro dos setores de atuação, como a distribuição de frequência das empresas que aderiram nos três primeiros trimestres de 2010 as normas internacionais de contabilidade bem como suas frequências relativas ao setor de atuação. Serão apresentados também as médias dos indicadores de desempenho das empresas que compuseram a amostra, com o intuito de descrever o padrão do setor de atuação dos setores. Para analisar a relação entre as variáveis aderência às normas internacionais e setor de atuação das empresas foi utilizado o teste Qui-quadrado (χ^2). Este teste serve segundo Maroco (2003) [...] “para testar se duas ou mais amostras (ou grupos) independentes diferem relativamente a uma determinada característica”. A execução deste teste exige a comprovação ou refutação de hipóteses.

Segundo Maroco (2003), o teste deve testar a afirmativa de existência de independência entre as características analisadas. Com base no defendido pelo autor supra citado formulou-se as seguintes hipóteses a serem testadas:

H0a: As variáveis adoção ou não dos CPC's e o setor de atuação são independentes

H1a: As variáveis adoção ou não dos CPC's e o setor de atuação são dependentes

Os resultados auferidos pelo teste qui-quadrado são utilizados para que se possa estabelecer a representação gráfica da análise de correspondência. Este método de análise consiste em exibir a associação entre um conjunto de variáveis categóricas não métricas por meio de um mapa perceptual, na forma de uma representação gráfica. Desta forma, é possível estabelecer uma relação visual entre as variáveis analisadas (FAVERO et. al., 2009).

Por fim para estabelecer um teste entre as variáveis de desempenho e o setor de atuação das empresas foi realizado o teste de Mann-Whitney, que verifica a existência de diferença estatisticamente significativa entre as médias das variáveis de desempenho para nos diferentes setores. Segundo Maroco (2003) o teste Mann-Whitney parte da hipótese que descreve a igualdade ou a diferença entre as médias. Com base neste autor, são consideradas as seguintes hipóteses:

H0b: Não existe diferença estatisticamente significativa no desempenho das empresas quando comparados os setores de atuação.

H1b: Existe diferença estatisticamente significativa no desempenho das empresas quando comparados os setores de atuação.

As variáveis testadas com o teste de médias são : Necessidade de Financiamento (EAT); Tamanho da Empresa (AT); Líquides Geral (LG); Líquides Corrente (LC); Líquides Seca (LS); e Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL). A Análise de deu comparando os setores tomados dois a dois, o que totaliza 45 combinações distintas, ou seja, 45 análises para cada índice de desempenho.

As análises estatísticas listadas acima, foram todas feitas por meio do *Software* SPSS 18.0.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Procurou-se separar a análise dos resultados deste estudo em dois momentos: em primeiro momento apresentam-se os resultados do estudo da relação entre o setor de atuação das empresas e a aderência destas aos CPCs nos três trimestres de 2010, este tópico compreende os estudos do teste Qui- quadrado e da Análise de Correspondência. Após esta apresentação, são descritos as comparações entre o desempenho das empresas, em comparação aos setores de atuação.

4.1 Teste Qui-quadrado e Análise de Correspondência

Conforme mencionado no item 3.2 foi realizado o teste Qui-quadrado para investigar qual é a relação entre a distribuição das empresas que aderiram os CPCs em comparação aos seus respectivos setores de atuação. A Tabela 1 descreve a distribuição das empresas que aderiram suas demonstrações contábeis por setor de atuação.

Tabela 1: Número de empresas que aderiram aos CPCs e a média dos indicadores de desempenho.

Setor		Total	Empresas que aderiram aos CPCs.					
			1º Tri		2º Tri		3º Tri	
			N	%	N	%	N	%
Bens Industriais	Setor 1	38	7	18,42	9	23,68	9	23,68
Construção Civil	Setor 2	44	4	9,09	4	9,09	4	0,09
Transportes	Setor 3	38	6	15,79	6	15,79	8	21,05
Consumo Cíclico	Setor 4	75	8	10,66	9	12,00	9	12,00
Consumo Não cíclico	Setor 5	46	5	10,67	5	10,67	5	10,67
Materiais Básicos	Setor 6	50	10	20,00	10	20,00	13	26,00
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Setor 7	8	3	37,50	3	37,50	3	37,50
Tecnologia da Informação	Setor 8	8	2	25,00	2	25,00	2	25,00
Telecomunicação	Setor 9	17	3	17,65	3	17,65	3	17,65
Utilidade pública	Setor 10	74	3	4,05	4	4,05	4	4,05
Total		398	51	12,81	55	13,82	60	15,07

Fonte: BM&FBovespa acesso em dezembro de 2010.

Na Tabela 1 é possível perceber que o setor com maior percentual de aderência é o setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, onde 37,5% das empresas harmonizaram suas demonstrações com as normas internacionais. Já o setor com menor percentual de harmonização foi o setor de Utilidade Pública. Os valores foram analisados em percentuais haja vista a existência de grandes diferenças na quantidade de empresas por setor.

Em sequencia a análise das distribuição o teste Qui-quadrado foi realizado com o intuito de descrever qual é a relação entre o setor de atuação das 398 empresas analisadas com a aderência de algumas destas empresas aos CPCs. A relação descrita por este teste estabelece se as variáveis analisadas são dependentes entre si ou não. Para esta análise foram adotadas as seguintes hipóteses:

H0a: As variáveis adoção ou não dos CPCs e o setor de atuação são independentes

H1a: As variáveis adoção ou não dos CPCs e o setor de atuação são dependentes

A Tabela 2 descreve os resultados auferidos pelo teste.

Tabela 2: Resultados do Teste Qui-Quadrado

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
1º Trimestre	15,558	9	0,077
2º Trimestre	16,382	9	0,059
3º Trimestre	19,592	9	0,021*

Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados expostos na Tabela 2 descrevem que a única distribuição que obteve significância ao nível de $\alpha = 0,05$ foi no terceiro trimestre do ano de 2010. Os demais resultados não apresentam significância no teste, ao nível de estabelecido acima. Com base no descrito, não se rejeita H0a para o 1º e 2º trimestre e rejeita-se a mesma hipótese para o terceiro trimestre. Desta forma, é possível afirmar que existe uma relação de independência entre o setor e a aderência das normas internacionais nos dois primeiros trimestres de 2010. E ocorreu uma relação de dependência entre setor e aderência no último trimestre do mesmo ano.

Após o teste qui-quadrado, foi realizada a Análise de Correspondência. Para isso, foram utilizadas as seguintes classificações: O grupo um (Aderência 1) compreende as empresas que não aderiram aos CPCs em nenhum dos três trimestres do ano de 2010; O grupo dois (Aderência 2) compreende as empresas que aderiram aos CPCs apenas no terceiro trimestre do ano de 2010; e o grupo três (Aderência 3) descreve as empresas que aderiram nos três trimestres de 2010. Esta classificação se deu pelo motivo de apenas o terceiro trimestre do ano de 2010 apresentar dependência entre os grupos e ao fato que todas as empresas que adotaram aos CPCs no primeiro trimestre ou no segundo trimestre adotaram no terceiro trimestre também. A classificação dos setores foi a disposta da Tabela 1, onde é descrito o nome do setor e a sua classificação adotada no trabalho.

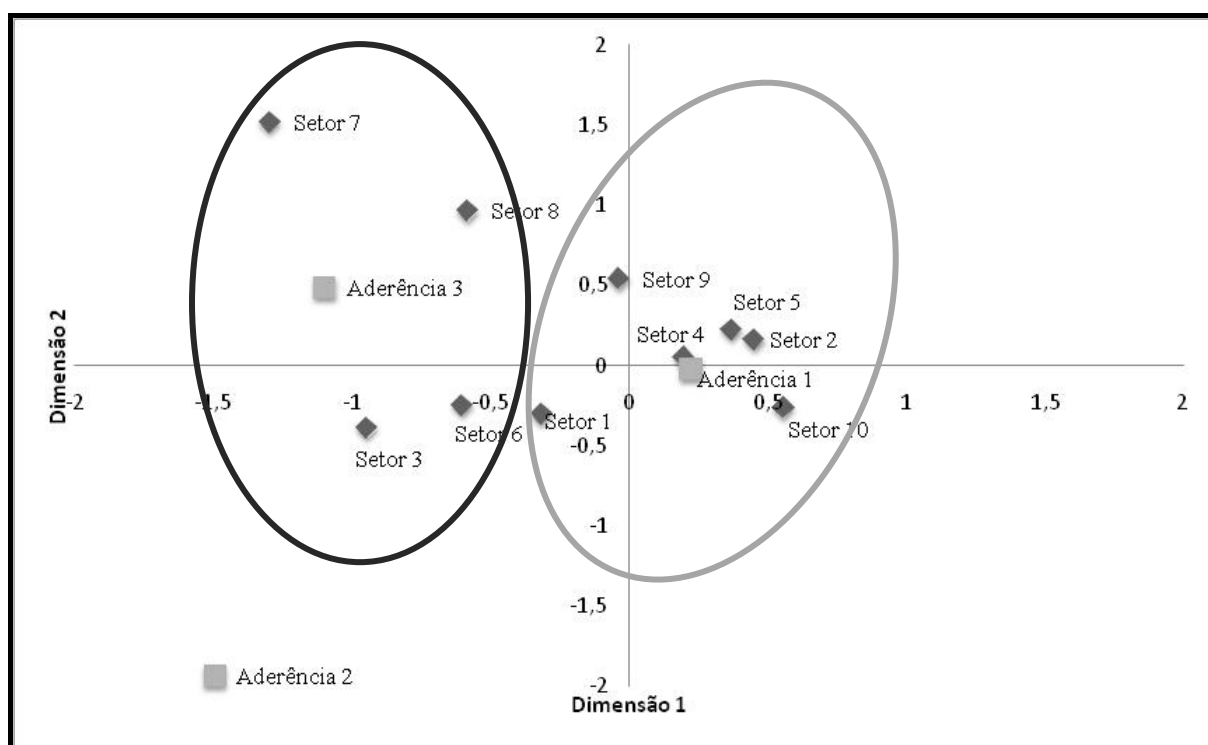


Figura 1: Resultado da Análise de Correspondência

Fonte: dados da pesquisa.

É possível estabelecer com base na observação da Figura 1 qual dos setores melhor se relaciona com a aderência aos CPCs. Inicialmente é possível observar que nenhum setor obteve destaque na aderência parcial às novas normas (aderência apenas no terceiro trimestre de 2010). Os setores Bens industriais (1), Construção Civil (2), Consumo Cíclico (4), Consumo Não Cíclico (5), Telecomunicação (9) e Utilidade Pública (10) destacam-se como tendo a tendência de não terem aderido às normas estabelecidas pelos CPCs nos três primeiros trimestres de 2010. Já os setores de Transportes (3), Materiais Básicos (6), Petróleo, Gás e Biocombustíveis (7) e Tecnologia da Informação (8) se destacam como sendo os setores que mais aderiram às novas normas de contabilidade.

Estes resultados, auferidos com as 398 listadas na BM&FBovespa, descrevem que o processo de convergência se apresenta de forma lenta, via de regra por sua não obrigatoriedade na adoção nos trimestres analisados.

4.2 Análise da diferença dos indicadores entre os setores

Na segunda fase da análise foram calculadas as diferenças no desempenho entre os setores. Os índices de desempenho utilizados foram a Necessidade de Financiamento (EAT), o Tamanho da Empresa (AT), a Liquidez Geral, Corrente e Seca (LG, LC e LS) e a Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL). A Tabela 3 descreve as informações descritivas dos índices analisados por setor.

Tabela 3: Média dos índices de Desempenho por Setor

Setor		Médias dos Indicadores de Desempenho					
		EFA	AT	LG	LC	LS	RPL
1	Bens Industriais	1570,624	1533834,38	1,073	1,789	1,403	18,031
2	Construção Civil	78,724	3027905,13	1,532	1,913	1,524	29,367
3	Transportes	119,096	3471387,57	0,587	1,939	1,936	26,511
4	Consumo Não cíclico	383,778	1369172,05	2,030	1,697	1,270	9,707
5	Consumo Não cíclico	70,064	23858094,45	1,021	1,626	1,188	13,733
6	Materiais Básicos	219,522	11384530,48	3,261	2,115	1,528	6,210
7	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	35,788	65460588,13	4,575	4,875	4,525	-5,217
8	Tecnologia da Informação	42,025	865120,38	38,088	38,063	37,738	2,563
9	Telecomunicação	59,906	18892479,65	1,147	1,435	1,329	9,944
10	Utilidade pública	933,293	13750714,86	7,444	7,573	7,563	9,582
Total		478,393	10432452,37	3,739	3,851	3,541	13,143

Fonte: dados da pesquisa.

É possível perceber que o setor 1 de Bens Industriais possui a maior média da necessidade de financiamento. Quanto ao tamanho da empresa o setor 7 de Petróleo, Gás e Biocombustível sinalizam para uma maior média no índice. Os índices de liquidez foram maiores na média no setor 8 de Tecnologia da Informação, que se destaca por apresentar uma média bem acima das demais. E os Setores 2 e 3 apresentam certo equilíbrio na média da Rentabilidade do Patrimônio Líquido.

Para confirmar a hipótese de existir diferença entre as médias foram comparados todos os setores entre si, tomando-os para a análise dois a dois. A hipótese H0b foi refutada quando o nível de significância for menor de 0,05. As tabelas de 4 a 9 apresentam os resultados destes testes, e em evidência aparecem as comparações entre os setores.

Tabela 4: Índices de significância do Teste de diferença de médias para a Necessidade de Financiamento

	Setor 1	Setor 2	Setor 3	Setor 4	Setor 5	Setor 6	Setor 7	Setor 8	Setor 9	Setor 10
Setor 1		0,294	0,160	0,662	0,644	0,029	0,010	0,010	0,237	0,389
Setor 2	0,294		0,443	0,779	0,528	0,183	0,017	0,041	-0,656	0,876
Setor 3	0,160	0,443		0,381	0,320	0,859	0,086	0,214	0,967	0,524

Setor 4	0,662	0,779	0,381		0,943	0,175	0,022	0,078	0,378	0,650
Setor 5	0,644	0,528	0,320	0,943		0,052	0,016	0,021	0,384	0,622
Setor 6	0,029	0,183	0,859	0,175	0,052		0,050	0,238	0,926	0,134
Setor 7	0,010	0,017	0,086	0,022	0,016	0,050		0,495	0,036	0,027
Setor 8	0,010	0,041	0,214	0,078	0,021	0,238	0,495		0,190	0,035
Setor 9	0,237	-0,656	0,967	0,378	0,384	0,926	0,036	0,190		0,502
Setor 10	0,389	0,876	0,524	0,650	0,622	0,134	0,027	0,035	0,502	

Fonte: dados da pesquisa.

Com relação ao índice de Necessidade de Financiamento, com os resultados apresentados na Tabela 4, o setor que mais se difere dos demais é o setor 7 de Petróleo, Gás e Biocombustível, esta diferença não se confirma apenas na comparação com o setor 3 e 8. O setor 7 é o setor, dentre todos analisados, com a menor média de necessidade de financiamento.

Tabela 5: Índices de significância do Teste de diferenças médias para Ativo Total

	Setor 1	Setor 2	Setor 3	Setor 4	Setor 5	Setor 6	Setor 7	Setor 8	Setor 9	Setor 10
Setor 1		0,163	0,155	0,735	0,024	0,057	0,241	0,767	0,000	0,014
Setor 2	0,163		0,710	0,064	0,402	0,532	0,706	0,385	0,000	0,342
Setor 3	0,155	0,710		0,080	0,711	0,741	0,928	0,175	0,000	0,524
Setor 4	0,735	0,064	0,080		0,005	0,012	0,144	0,654	0,000	0,002
Setor 5	0,024	0,402	0,711	0,005		0,809	0,958	0,195	0,001	0,998
Setor 6	0,057	0,532	0,741	0,012	0,809		0,932	0,318	0,002	0,821
Setor 7	0,241	0,706	0,928	0,144	0,958	0,932		0,600	0,041	0,884
Setor 8	0,767	0,385	0,175	0,654	0,195	0,318	0,600		0,001	0,144
Setor 9	0,000	0,000	0,000	0,000	0,001	0,002	0,041	0,001		0,000
Setor 10	0,014	0,342	0,524	0,002	0,998	0,821	0,884	0,144	0,000	

Fonte: dados da pesquisa.

Na comparação entre os Tamanhos das empresas de cada setor, Tabela 5, o setor que não apresentou nenhuma semelhança com nenhum outro setor foi o setor 9, Telecomunicação. Neste setor as empresas são em média maiores do que os setores 1, 2, 3, 4, 6, 8 e 10. Nos demais setores o tamanho das empresas é menor que as demais.

Tabela 6: Índices de significância do Teste de diferença de médias para Líquides Geral

	Setor 1	Setor 2	Setor 3	Setor 4	Setor 5	Setor 6	Setor 7	Setor 8	Setor 9	Setor 10
Setor 1		0,013	0,003	0,994	0,727	0,819	0,118	0,043	0,608	0,131
Setor 2	0,013		0,000	0,028	0,004	0,010	0,459	0,391	0,096	0,000
Setor 3	0,003	0,000		0,007	0,001	0,002	0,002	0,001	0,000	0,008
Setor 4	0,994	0,028	0,007		0,796	0,848	0,134	0,070	0,663	0,184
Setor 5	0,727	0,004	0,001	0,796		0,913	0,078	0,021	0,330	0,163
Setor 6	0,819	0,010	0,002	0,848	0,913		0,085	0,033	0,339	0,290
Setor 7	0,118	0,459	0,002	0,134	0,078	0,085		0,958	0,292	0,041
Setor 8	0,043	0,391	0,001	0,070	0,021	0,033	0,958		0,114	0,006
Setor 9	0,608	0,096	0,000	0,663	0,330	0,339	0,292	0,114		0,048
Setor 10	0,131	0,000	0,008	0,184	0,163	0,290	0,041	0,006	0,048	

Fonte: dados da pesquisa.

Na análise do índice de Líquides Geral apresentada na Tabela 6, o setor que mais obteve diferenças foi o Setor 3, que é o setor de Transporte, o que indica que este setor é o que apresenta o menor índice de LG, dentre os demais setores, haja vista que a média deste setor, apresentada na Tabela 3, é a menor média dentre os índices.

Tabela 7: Índices de significância do Teste de diferença de médias para Líquides Corrente

	Setor 1	Setor 2	Setor 3	Setor 4	Setor 5	Setor 6	Setor 7	Setor 8	Setor 9	Setor 10
Setor 1		0,656	0,209	0,389	0,409	0,548	0,061	0,109	0,284	0,017
Setor 2	0,656		0,084	0,143	0,118	0,996	0,093	0,151	0,085	0,002
Setor 3	0,209	0,084		0,560	0,555	0,096	0,034	0,042	0,989	0,275
Setor 4	0,389	0,143	0,560		0,907	0,153	0,033	0,076	0,585	0,094
Setor 5	0,409	0,118	0,555	0,907		0,116	0,029	0,040	0,476	0,011
Setor 6	0,548	0,996	0,096	0,153	0,116		0,105	0,201	0,073	0,000
Setor 7	0,061	0,093	0,034	0,033	0,029	0,105		0,833	0,029	0,004
Setor 8	0,109	0,151	0,042	0,076	0,040	0,201	0,833		0,029	0,006
Setor 9	0,284	0,085	0,989	0,585	0,476	0,073	0,029	0,029		0,091
Setor 10	0,017	0,002	0,275	0,094	0,011	0,000	0,004	0,006	0,091	

Fonte: dados da pesquisa

Os resultados da Tabela 7 se referem ao resultado do teste de médias dos índices de Liquides Corrente. Estes dados permitem admitir que o setor que mais se diferencia dos demais setores foi o Setor 10 de Utilidade Pública. Este setor apresenta um índice de LC maior do que todos os setores exceto o setor 8 de Telecomunicação.

Tabela 8: Índices de significância do Teste de diferença de médias para Liquides Seca

	Setor 1	Setor 2	Setor 3	Setor 4	Setor 5	Setor 6	Setor 7	Setor 8	Setor 9	Setor 10
Setor 1		0,387	0,790	0,247	0,227	0,923	0,021	0,137	0,926	0,202
Setor 2	0,387		0,764	0,052	0,023	0,393	0,039	0,228	0,499	0,023
Setor 3	0,790	0,764		0,265	0,141	0,656	0,078	0,260	0,723	0,159
Setor 4	0,247	0,052	0,265		0,903	0,301	0,007	0,044	0,225	0,934
Setor 5	0,227	0,023	0,141	0,903		0,250	0,003	0,027	0,081	0,760
Setor 6	0,923	0,393	0,656	0,301	0,250		0,018	0,095	0,768	0,305
Setor 7	0,021	0,039	0,078	0,007	0,003	0,018		0,461	0,043	0,005
Setor 8	0,137	0,228	0,260	0,044	0,027	0,095	0,461		0,160	0,035
Setor 9	0,926	0,499	0,723	0,225	0,081	0,768	0,043	0,160		0,087
Setor 10	0,202	0,023	0,159	0,934	0,760	0,305	0,005	0,035	0,087	

Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados apresentados na Tabela 8 descrevem o Setor 7, Petróleo, Gás e Biocombustível, como o setor que apresentou o maior número de diferenças quando comparado com os demais. O Setor 7 possui a peculiaridade de ser o setor com a segunda maior média dentre o índice de Liquides Seca, em comparação com os demais setores.

Tabela 9: Índices de significância do Teste de diferença de médias para Rentabilidade do P L

	Setor 1	Setor 2	Setor 3	Setor 4	Setor 5	Setor 6	Setor 7	Setor 8	Setor 9	Setor 10
Setor 1		0,935	0,377	0,292	0,167	0,008	0,004	0,223	0,080	0,425
Setor 2	0,935		0,153	0,176	0,093	0,001	0,001	0,291	0,025	0,209
Setor 3	0,377	0,153		0,878	0,976	0,202	0,006	0,846	0,546	0,970
Setor 4	0,292	0,176	0,878		0,701	0,055	0,009	0,578	0,444	0,940
Setor 5	0,167	0,093	0,976	0,701		0,154	0,004	0,921	0,670	0,922
Setor 6	0,008	0,001	0,202	0,055	0,154		0,085	0,490	0,375	0,074
Setor 7	0,004	0,001	0,006	0,009	0,004	0,085		0,197	0,025	0,018
Setor 8	0,223	0,291	0,846	0,578	0,921	0,490	0,197		0,830	0,612
Setor 9	0,080	0,025	0,546	0,444	0,670	0,375	0,025	0,830		0,267
Setor 10	0,425	0,209	0,970	0,940	0,922	0,074	0,018	0,612	0,267	

Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados apresentados na Tabela 9, descrevem o Setor 7, mesmo resultado apresentado quando comparado o índice de LC, como o setor com as maiores diferenças dentre os setores de atuação da BM&FBovespa. Este fato se deu devido a ser este, o setor com menor média no indicador de Rentabilidade do Patrimônio Líquido.

Os resultados apresentados pela Análise de Correspondência e pelo teste de médias indicam que os setores onde as empresas mais harmonizaram suas demonstrações com os IAS, apresentam a tendência de possuir uma menor necessidade de financiamento, bem como um menor retorno sobre o capital investido na empresa, o que vai de encontro com os resultados de Lima et. al. (2010). Entretanto os resultados também apontam para que os setores que mais aderiram aos CPCs nos três trimestres analisados possuem seus índices de liquidez mais elevados do que os demais setores. Estes resultados apontam alguns pontos de convergência e outros divergências aos resultados de outras pesquisas como Barbosa Neto, Dias e Pinheiro (2009) que apresenta conformidade parcial aos resultados apresentados neste estudo, visto que estes autores encontraram evidências de que todos os indicadores sofreram com a harmonização contábil. Já Watanabe (2009) e Tonetto Filho e Fregonesi (2010) apresentam maior similaridade com os resultados desta pesquisa, haja vista que o ambos tratam do estudo de indicadores financeiros e como estes estão relacionados com as normas internacionais de contabilidade.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo consistiu em avaliar o processo de convergência contábil sob a ótica setorial, verificando se existe relação entre a adoção das normas internacionais e a classificação das empresas por setores econômicos. Em relação ao tamanho, necessidade de financiamento, liquidez e rentabilidade do Patrimônio Líquido. Para alcançar o objetivo foi realizada uma pesquisa documental por meio dos relatórios disponíveis nos sítios das empresas selecionadas.

Em relação à análise realizada por meio dos relatórios divulgados pelas empresas que pertencem a BM&FBovespa foram verificados os pontos de conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade. Também foram investigados o setor de atuação das empresas, e seus respectivos indicadores de desempenho. Os resultados evidenciaram que os setores de atuação com menor número de empresas, proporcionalmente, foram os que mais adotaram integralmente as normas internacionais.

Ao ser estudada a relação entre o setor de atuação das empresas e a aderência destas aos CPCs, foi possível verificar que existiu dependência entre a aderência as normas contábeis para com o setor de atuação. Nos outros dois trimestres analisados foi possível verificar a independência entre as distribuições das empresas que aderiram aos CPCs para com os respectivos setores de atuação. A análise de correspondência entre estas variáveis categóricas descreveu que existe um grupo de seis setores que se destacam por não terem adotado as normas internacionais e outros quatro por terem divulgado suas demonstrações financeiras na forma proposta pelos CPCs.

Os resultados da análise das variáveis indicam que empresas que adotaram os CPCs, tendem a não haver de necessidade de financiamento, também apresentam menor Tamanho com relação as empresas que não divulgam segundo os CPCs. Nos índices de Liquidez os setores que mais aderiram as Normas Internacionais de Contabilidade possuíram maiores índices médios e com confirmação pelo teste de médias. Na Rentabilidade do Patrimônio Líquido os setores onde as empresas mais aderiram auferiram a um menor índice.

Desta forma foram respondidos aos objetivos identificando que quatro dos dez setores analisados possuíram maior conformidade com as normas propostas pelos CPCs e o respectivo desempenho médio destes setores, apresentam diferenças significantes com os demais setores analisados. Sendo assim este estudo contribui para a literatura e o meio acadêmico descrevendo a relação dos setores de atuação e a harmonização contábil das empresas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Roberta Carvalho de. Custo do Capital Próprio e Nível de *Disclosure* nas Empresas Brasileiras. **Revista Brazilian Business Review**, Vitória – ES, v.2, n.1, p.01-12, Jan./jun./2005.

ALEXANDER, D.; ARCHER, S. ‘On the Myth of “Anglo-Saxon” Financial Accounting. *The International Journal of Accounting*, Vol. 35, No. 4, 2000.

ALI, Muhammad Jahangir. A Synthesis of Empirical Research on International Accounting Harmonization and Compliance With International Financial Reporting Standards. **Journal of Accounting Literature**, v.24, p.1-52, 2005.

AMENABAR, Ana Maria Honojosa. **Harmonização contábil em cinco países da América do Sul**. Dissertação. (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2001.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ARMSTRONG, *et al.* Market Reaction to the Adoption of IFRS in Europe. **The accounting review**. Vol. 85, No. 1 p. 31-61, 2010.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BALL, R.; KOTHARI, S.P.; ROBIN, A ‘The Effect of International Institutional Factors on Properties of Accounting Earnings. *Journal of Accounting and Economics*, February, 2000.

BARBOSA NETO, João Estevão; DIAS, Warley de Oliveira; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Impacto da Convergência Para as IFRS Na Análise Financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v.20, n.4, p.131-153, Out./Dez. 2009.

BRUNI Adriano L. **Globalização financeira, eficiência informacional e custos de capital: Uma análise das emissões de ADRs brasileiros de 1999 a 2001**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CARROLL, G. R. A sociological view on why firms differ. **Strategic Management Journal**, New Jersey, v. 14, n. 4, p. 237-249, May 1993.

CARVALHO, L. Nelson. LEMES, Sirlei. Padrões contábeis internacionais do IASB: um estudo comparativo com as normas contábeis brasileiras e sua aplicação. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais. **Revista UNB**: Brasília, vol. 6, n.2, p. 61-80, jul. 2002.

CARVALHO, L. Nelson G.; LEMES, Sirlei; COSTA, Fábio M. da. **Contabilidade internacional: aplicação das IFRS 2005**. São Paulo: Atlas, 2006.

CASTANHEIRO, Antonio Cláudio Lima. **A Lei 11.638/2007 e a Harmonização de Práticas Contábeis em Empresas Multinacionais**: um estudo de caso sobre a Vale. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

CAÑIBANO, Leandro; MORA Araceli. Evaluating the Statistical Significance of “De Facto” Accounting Harmonization: A Study of European Global Players. **Published in European Accountig Review** n.9: v. 3 p.349-370, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Princípios fundamentais e normas brasileiras de Contabilidade**. Brasília: CFC, 2003.

CRUZ, Cássia Vanessa Olak Alves; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de. Reputação Corporativa e Nível de *Disclosure* das Empresas de Capital Aberto no Brasil. **Revista Universo Contábil**, FURB, v. 6, n.1, p. 85-101, jan./mar., 2010.

DASKE, Holger; HAIL, Luzi; LEUZ, Christian; VERDI, Rodrigo. Adopting a Label: Heterogeneity in the Economic Consequences of IFRS Adoptions. **Working Paper**, University of Pennsylvania and University of Chicago, 2009.

DANTAS, J.A.; ZENDERSKY, H.C. e NYIAMA, J.K. 2004. A Dualidade entre os Benefícios do *Disclosure* e a Relutância das Organizações em Aumentar o Grau de Evidenciação. In: ENANPAD, XXVIII, 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2004, CD-ROM.

DANTAS, José Alves; ZENDERSKY, Humberto Carlos; SANTOS, Sérgio Carlos dos; NIYAMA, Jorge Katsumi. A Dualidade entre os Benefícios do *Disclosure* e a Relutância das Organizações em Aumentar o Grau de Evidenciação. **Revista E & G Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 56-76, dez., 2005.

ERNST & YOUNG: FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade**; IFRS versus normas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2009.

FARAH, Pedro. Harmonização contábil, chave para o crescimento. Disponível em: <http://www.ey.com.br>. Acesso em 14/09/2010.

FÁVERO, Luiz Paulo. **Análise de dados**: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2009. xx, 646 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOUVEIA, André Luís Germano. Estudo sobre o Impacto da ICPC 01 – Contrato de Concessão – Sobre os Indicadores de Desempenho Econômico-Financeiro das Empresas do Setor Elétrico. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2010.

HENDRIKSEM, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HENDRIKSEM, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL. Projeto propõe maior transparência contábil. 2011. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/noticias/news.asp?identificador=2698> Acesso em: 23 fev. 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBECKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por ações**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

JUNIOR, Edgard Nogueira; JUCÁ, Michele Nascimento; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva. O Impacto da Harmonização das Práticas Contábeis Brasileiras às Internacionais na Relação entre o Lucro Líquido e o Fluxo de Caixa Operacional. In: Congresso USP, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2010. CD-ROM.

KIRCHNER, Alfredo Eduardo. **Normas Contábeis Brasileiras e Norte-Americanas**: uma análise das demonstrações de conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido da AMBEV, 2000 A 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis Universidade do Vale do Rio dos Sinos. UNISINOS, São Leopoldo, 2004.

LIMA, *et al.* Determinantes da Convergência Aos Padrões Internacionais de Contabilidade no Brasil. In: Congresso ANPCONT, 2010, Natal. **Anais...** Natal: ANPCONT, 2010 CD-ROM.

- LOPES, Alexandro Broedel. **A Informação Contábil e o Mercado de Capitais**. São Paulo: Thomson, 2002.
- MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M. Governança Corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do IBOVESPA. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, Edição Comemorativa, p.65-79. 2006.
- MAROCO, João. **Análise estatística com utilização do SPSS**. 2. ed. rev. e corr. Lisboa: Sílabo, 2003. 508 p.
- MARTINS, Eliseu; MARTINS, Vinícius A.; MARTINS, Eric A.. Normatização contábil: ensaio sobre sua evolução e o papel do CPC. **Revista de Informação Contábil**. Pernambuco, v. 1, n. 1, p. 7-30, set/2007.
- MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARTINS, Alex Sandro Rodrigues; MARTINS, Luciana Cabrera; Quintana Alexandre Costa. Demonstração dos Fluxos de Caixa no Contexto Internacional. **Revista CRCRS**. n.10, março/2009.
- MCLEAY, S.; NEAL, D.; TOLLINGTON, T. International Standardisation And Harmonisation: a new measurement technique. **Journal of International Financial Management & Accounting**. v. 10, nº. 1, p.42-70, 1999.
- MURCIA, Fernando Dal-Ri; SANTOS, Ariovaldo dos. Teoria do *Disclosure* Discricionário: evidências do mercado brasileiro no período de 2006-2008. In: Congresso ANPCONT, 2010, Natal. **Anais...** Natal: 2010. CD-ROM.
- NAKAGAWA, M.. **Introdução à controladoria**: conceitos, sistemas, implementação. São Paulo, Atlas, 1993.
- NELSON, R. R. Why do firms differ, and how does it matter? **Strategic Management Journal**, New Jersey, v. 12, n. 8, p. 61-74, winter 1991.
- NETO, João Estevão Barbosa; DIAS, Warley de Oliveira; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Impacto da Convergência para as IFRS na Análise Financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 131-153, out./dez. 2009.
- NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. Contribuição ao aperfeiçoamento dos procedimentos de evidenciação contábil aplicáveis às demonstrações financeiras de bancos e instituições assemelhadas. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, 1996, Brasília. **Anais...** Brasília: 1996 CD-ROM.
- NIYAMA, Jorge K. **Contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.
- OLIVEIRA, Valdiney Alves de. Adoção Inicial das Normas Contábeis Internacionais por Empresas Brasileiras. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-graduação em Administração Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2010.
- PONTE, *et al.* Análise do grau de cumprimento das práticas de divulgação definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 no Âmbito das companhias abertas. In: Congresso USP, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2010. CD-ROM.
- PONTE, Vera Maria Rodrigues; OLIVEIRA, Marcelle Colares; CAVALCANTE Danival Sousa. Análise das Práticas de Divulgação do Ajuste ao Valor Presente (AVP) pelas Companhias Listadas na BM&FBOVESPA. In: Congresso USP, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2010. CD-ROM.

- RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- ROSS, S.A.; WESTERFIELD, R.W.; JORDAN, B.D. **Princípios de Administração Financeira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- RODRIGUES, L.; PEREIRA, A. **Manual de Contabilidade Internacional: a diversidade contabilística e o processo de harmonização internacional**. Publisher Team, Lisboa. 2004.69
- SANTOS, Nálbia de Araújo; RAIMUNDINI, Simone Letícia; SOUZA, Carlos Antônio Baldino de. Evidenciação Contábil: análise comparativa da aplicação das normas internacionais de contabilidade e das normas vigentes no Brasil em operação de arrendamento mercantil financeiro. **Revista Enf: Ref. Cont**, Paraná, v. 26, n.2, p.72-87, Maio/Agosto/2007.
- SCHMIDT, Paulo. **História do Pensamento Contábil**. Porto Alegre: Bookmann, 2000.
- SILVA, Cátia Beatriz Amaral da; MADEIRA, Geová José; ASSIS, José Luiz Ferreira de. Harmonização de Normas Contábeis: um estudo sobre as divergências entre normas contábeis internacionais e seus reflexos na contabilidade brasileira. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, a. 1, v. 1, n. 1, p. 115-139, jan./jun. 2004.
- SILVA, Maria de Lurdes Furno da. **Análise da Convergência e Harmonização das Normas Brasileiras de Contabilidade (BR GAAP) Com as Normas Internacionais de Contabilidade Relativas ao Patrimônio Líquido**. Dissertação (Mestrado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.
- SILVEIRA, Amélia. (Coord.). **Roteiro básico para apresentação e editoração de teses, dissertações e monografias**. 2. ed. rev., Blumenau: Edifurb, 2004.
- SOARES, Rute Cristina Meurer. **Estudo das Diferenças Culturais como Empecilho à Harmonização Contábil: casos do Brasil, EUA e Japão**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis FURB, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2005.
- RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2009.
- TONETTO FILHO, Vitorio; FREGONESI, Mariana Simões Ferraz do Amaral. Análise da Variação nos Índices de Endividamento e Liquidez e do Nível de Divulgação das Empresas do Setor de Alimentos Processados com a Adoção das Normas Internacionais. In: Congresso USP, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2010. CD-ROM.
- WALTON, P. **La comptabilité anglo-saxonne: Anglo-saxon accounting**. Editions La Découverte, 1996.
- WATANABE, Léo. **A Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade: ensaio nas demonstrações financeiras das empresas brasileiras do setor da construção civil e incorporação imobiliária**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais). Pontificia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.
- WEFFORT, Elionor Farah Jreige. **O Brasil e a Harmonização Contábil Internacional: influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado**. São Paulo: Atlas, 2005.